

**Assunto:**

ENC: Menor aprendiz

---

**De:** Sineide - Rema [mailto:sineide@remacontabil.com.br]

**Enviada em:** quarta-feira, 29 de agosto de 2018 13:25

**Para:** Amaro

**Assunto:** Menor aprendiz

Bom dia, Amaro!

Sua empresa é desobrigada da contratação de jovens aprendiz conforme Decreto nº 5.598 de 01/12/2005 do Art. 14.

A disposição.

Sineide/RH.

---

#### **Aprendizes - Contratação - Regulamentação**

---

#### **Decreto nº 5.598, de 01.12.2005 - DOU de 02.12.2005**

Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.

Notas:

- 1) Ver **Decreto nº 6.481, de 12.06.2008, DOU 13.06.2008**, que aprova a Lista das Piores Form. TIP).
- 2) Ver **Instrução Normativa SIT nº 97, de 30.07.2012, DOU de 31.07.2012**, que dispõe sobre a trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem.
- 3) Ver **Portaria MTb nº 693, de 23.05.2017 - DOU de 24.05.2017**, que dispõe sobre a formação concedente da experiência prática do aprendiz, nos termos do art. 23-A deste Decreto.
- 4) Ver **Portaria MTE nº 656, de 26.03.2010, DOU 29.03.2010**, revogada pela **Portaria MTE nº 8.08.06.2012**, que criou o Selo "Parceiros da Aprendizagem", bem como disciplina a concessão merecedoras.



5) Ver **Portaria MTE nº 1535, de 21.08.2009, DOU 24.08.2009**, que disciplina os procedimentos de aprendizagem cadastrados no Cadastro Nacional de Aprendizagem e cria o Comitê Permanente da Comissão de Aprendizagem no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, organizando seu funcionamento.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o **art. 84, inciso IV, da Constituição**, no **Título III, Capítulo IV, Seção IV, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidado**, no **Livro I, Título II, Capítulo V, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente**,

**Art. 1º** Nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I  
DO APRENDIZ

CAPÍTULO IV

Seção I  
Da Obrigatoriedade da Contratação de Aprendizes

**Art. 14.** Ficam dispensadas da contratação de aprendizes:

I - as microempresas e as empresas de pequeno porte; e

II - as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional.

Seção II  
Das Espécies de Contratação do Aprendiz

**Art. 33.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 34.** Revoga-se o **Decreto nº 31.546, de 6 de outubro de 1952**.

Brasília, 1º de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Marinho

Parte superior do formulário



Livre de vírus. [www.avast.com](http://www.avast.com).